



# 20 ADI 5.728

## Josafá Marques da Silva Ramos

Advogado sócio do escritório Marques Ramos. Professor de Direito do UNIFIEO e da UNIAN. Mestre em Direitos Fundamentais (UNIFIEO). Especialista em Direito Constitucional (FDDJ). Especialista em Direito Eleitoral (PUC/MG). Especialista em Direito e Processo Penal (MACKENZIE). Graduado em Direito (UNIFIEO). Graduado em Teologia (BATISTA). Membro efetivo da Comissão de Direito Constitucional da Seccional OAB/SP. Coordenador da Escola Superior da Advocacia da OAB/SP - 117a. Subseção - Barueri.

## **Objeto**

Prática da vaquejada: hipótese de manifestação cultural.

## **Resumo do caso**

### **A Construção Legislativa da EC 96/2017: Uma Cronologia de Reações e o Efeito Backlash**

A trajetória da vaquejada no ordenamento jurídico pátrio é marcada por uma evolução legislativa e judicial que culminou na Emenda Constitucional nº 96/2017. Para compreender plenamente a decisão do STF na ADI nº 5.728/DF, faz-se imperioso retroceder aos eventos que a precederam.

Inicialmente, a prática da vaquejada foi objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.983/CE, ajuizada pela Procuradoria-Geral da República contra a Lei Estadual nº 15.299/2013 do Ceará. Em 6 de outubro de 2016, o STF, sob a relatoria do Ministro Marco Aurélio, declarou a referida lei cearense inconstitucional. A Suprema Corte concluiu que a vaquejada, em sua essência e na forma como era praticada, expunha os animais a tratamento cruel, infringindo diretamente o artigo 225, § 1º, inciso VII, da Constituição Federal, que impõe ao Poder Público o dever de proteger a fauna, vedando as práticas que submetam os animais à crueldade.

A repercussão dessa decisão judicial foi imediata e intensa no cenário político. O julgamento da ADI

4.983/CE gerou o que se convencionou chamar de efeito backlash ou reação legislativa, um movimento do Poder Legislativo em resposta a uma decisão judicial que é percebida como restritiva ou contrária a determinados interesses sociais ou políticos. Nesse contexto, menos de duas semanas após o julgado, em 19 de outubro de 2016, o Senado Federal acolheu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 50, de 2016, iniciativa do Senador Otto Alencar, com o propósito explícito de criar um novo fundamento constitucional que viabilizasse a continuidade da vaquejada. Paralelamente, em 29 de novembro de 2016, a Lei nº 13.364/2016 foi promulgada, elevando a vaquejada, o rodeio e suas expressões artístico-culturais à condição de manifestações da cultura nacional e patrimônio cultural imaterial.

A articulação política se concretizou em 6 de junho de 2017, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 96/2017. Esta emenda acrescentou o § 7º ao artigo 225 da Carta Magna, estatuiu que práticas desportivas que utilizem animais não seriam consideradas cruéis se fossem manifestações culturais registradas como bem de natureza imaterial do patrimônio cultural brasileiro, desde que regulamentadas por lei específica que assegurasse o bem-estar dos animais envolvidos. A posterior Lei nº 13.873/2019 viria, inclusive, a aprimorar as determinações relativas aos cuidados com os animais no âmbito dessas práticas.

## Entendimento fixado pelo STF

### O Julgamento da ADI 5.728/DF: A Conciliação de Valores sob a Ponderação de Princípios

No âmbito da ADI nº 5.728/DF, ajuizada pelo Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, a questão central residia em determinar se a EC 96/2017 violava princípios pétreos da Constituição Federal, nota-

damente o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e a vedação à crueldade contra animais.

O Ministro Dias Toffoli, em seu voto condutor, optou pela improcedência dos pedidos, confirmando a constitucionalidade da Emenda Constitucional nº 96/2017 e das leis que regulamentam a vaquejada. A argumentação do Relator se assentou em pilares fundamentais do direito constitucional:

**a) A Teoria dos Diálogos Institucionais:** O Ministro Dias Toffoli salientou que as decisões do STF não representam uma palavra final e imutável, mas sim uma “última palavra provisória”. Nesse sentido, o Poder Legislativo possui a legitimidade para, através de uma emenda constitucional, promover uma “reação legislativa” a decisões anteriores do Judiciário. Essa interação entre Poderes, segundo a perspectiva adotada, configura um diálogo institucional salutar, desde que respeitados os limites constitucionais, especialmente as cláusulas pétreas.

**b) Princípio da Ponderação de Princípios e a Mínima Restrição:** Ao lidar com o aparente conflito entre o direito cultural e a proteção animal, o STF aplicou o princípio da ponderação de princípios. Esse princípio busca otimizar a efetividade de direitos fundamentais em situações de colisão, de modo a garantir a máxima efetividade possível de cada um deles, mas com a mínima restrição necessária. Para o Ministro, a EC 96/2017 não se destinou a abolir o direito ao meio ambiente equilibrado ou a vedação à crueldade animal. Pelo contrário, ao exigir que as práticas culturais com animais sejam regulamentadas por lei específica para assegurar o bem-estar dos animais, buscou uma compatibilização desses valores. A Emenda, de fato, condiciona a permissão da vaquejada à regulamentação que evite os maus-tratos, demonstrando a intenção de não restringir excessivamente a proteção animal enquanto se permite a expressão cultural.

### c) Diferenciação da Vaquejada de Outras Práticas:

Foi crucial para a tese vencedora a distinção da vaquejada de outras práticas já vetadas pelo STF, como a “farra do boi” e a “briga de galos”. O Relator enfatizou que, com a adoção de regulamentos específicos e medidas protetivas, como o uso de protetor de cauda e a disposição de areia na pista, a vaquejada poderia ser praticada sem configurar o tratamento cruel que motivou a decisão anterior.

A decisão do Plenário do STF, que por unanimidade acompanhou o voto do Relator, reforça a constitucionalidade da EC 96/2017. E, é digno de nota, contudo, que Ministros como Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso, embora concordando com a improcedência, manifestaram ressalvas. Tais ressalvas, ora sobre a análise das leis infraconstitucionais, ora sobre a extensão da “reação legislativa” ou a interpretação do bem-estar animal, adicionam camadas de complexidade à compreensão do julgado, denotando a riqueza do debate jurídico que cerca a matéria.

## Comentários do autor

### O Diálogo entre Proteção e Expressão

A análise da ADI nº 5.728/DF revela a contínua busca do Poder Judiciário brasileiro por uma síntese entre a proteção da vida e a valorização das manifestações culturais. A decisão não apenas validou a Emenda Constitucional nº 96/2017, mas também estabeleceu um importante precedente sobre a capacidade do Legislativo de reagir a decisões judiciais por meio de reformas constitucionais, desde que observados os limites materiais ao poder de emenda.

Este julgado ecoa debates teóricos sobre as diferentes cosmovisões na proteção de animais e da natureza. Como apontado por Fábio Corrêa Souza de Oliveira (2013), a tensão entre a proteção individual do animal senciente e a preservação do coletivo

(ecossistemas ou espécies) é um desafio constante. O acórdão aqui analisado, ao exigir a regulamentação para o bem-estar animal em práticas culturais, parece alinhar-se a uma postura pragmática, buscando conciliar a manifestação cultural com a mitigação do sofrimento, sem necessariamente coadunar com a proibição absoluta de instrumentalização animal em nome de direitos individuais. A Corte optou por uma solução que, embora reconheça a vaquejada como cultura, impõe a ela o ônus de provar que não incorre em crueldade, através de mecanismos de proteção que permitam a coexistência entre o direito de expressão cultural e o dever de zelar pela fauna.